

# DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada.*

Samuel Borges de Oliveira Júnior<sup>1</sup>

O livro *O mito moderno da natureza intocada* é uma obra de grande importância, pois aborda conceitos relativos às relações simbólicas e imaginárias oriundas das relações ser humano/natureza, tendo como ponto central de seu enfoque as áreas consideradas protegidas no mundo. O autor considera que a civilização urbano-industrial, no desenvolvimento de novas tecnologias, acaba por descobrir, também, meios de destruição em massa da natureza, rompendo, por assim dizer, com a ligação ancestral dessas relações, consideradas por muitos como um mito.

Esse mito, provavelmente oriundo de países ditos “industrializados”, segundo o autor, se refere a áreas naturais protegidas, consideradas como um paraíso, um espaço desabitado, onde a natureza deve ser mantida intocada e livre de qualquer pressão por parte da humanidade. Seria uma idéia interessante para fins de conservação natural, mas esse mito confronta com outros mitos e simbologias existentes nas populações locais que vivem em áreas protegidas (por exemplo, indígenas, pescadores artesanais).

Esse confronto é percebido através da produção do conhecimento destas populações locais que desenvolveram, através desse interrelacionamento com o ambiente ao qual estão inseridas, sistemas de manejo de fauna e flora, oportunizando, assim, a conservação da diversidade biológica. Entretanto, a criação dessas áreas protegidas é uma das principais estratégias para a conservação da natureza, principalmente em países do Terceiro Mundo, com o objetivo de preservar espaços que tenham importância ecológica. Essas áreas são criadas, para que seus atributos naturais e estéticos possam ser apreciados por visitantes, mas não para a permanência das populações locais em seu interior.

Essa exclusão dessas populações de tais áreas pode ser conflitosa, pois em nosso país existe uma diversidade de modos de vida e culturas que são consideradas tradicionais ou locais, totalmente dependentes dessas áreas para sua própria sobrevivência. Além dessas populações, temos ainda uma diversidade de tribos e

---

1 Biólogo, Mestre em Educação, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais/UFSCar – samuka@cpd.ufmt.br.

povos indígenas que também dependem de tais áreas para sobreviverem.

O livro aponta que os ecossistemas considerados naturais são os mais preferidos para a transformação em áreas naturais protegidas, implicando, certamente, na expulsão dos moradores, sem levar em consideração a história de vida dessa população em relação ao ambiente ao qual está inserida. Com essa “expulsão”, provavelmente em benefício das populações urbanizadas, é que ocorre um dos graves problemas, que os tomadores de decisão não levam em consideração: a perda do conhecimento local dessas populações e, conseqüentemente, ao uso desse conhecimento no ambiente, seja em sistemas de manejo, seja na construção cultural da população.

Essa perda é inevitável se esse caminho continuar a ser seguido, onde os governos nem sempre avaliam os impactos que serão causados nas populações que são retiradas dessas áreas sem se importar com o modo de vida das mesmas, que, em muitos casos, são responsáveis pela conservação e conseqüente preservação dessas áreas naturais. Para as populações locais, fica a indagação: como as atividades tradicionais, sejam vinculadas à agricultura de subsistência, pesca ou extrativismo, são consideradas prejudiciais, se muitas vezes os impactos causados pela visitação de turistas são maiores e mais graves?

Conforme o próprio nome do livro diz, essa noção de *Mito moderno da natureza intocada* nada mais é do que uma representação simbólica, segundo a qual ainda existem áreas naturais intocadas e que não permitem a presença do ser humano. Ou seja, esse mito traz que é incompatível a qualquer tipo de ação humana e a conservação da natureza e que, o ser humano nada mais é do que um grande vilão, portanto, mantido afastado dessas áreas naturais.

O que devemos levar em consideração, para acabar de vez com essa idéia mesquinha de que exista uma natureza intocada, é lembrarmos que muitos são os exemplos de áreas naturais onde ocorre o uso sustentável, como é o caso de reservas extrativistas, corroborando ainda mais contra esse mito.

Diegues demonstra que na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais ocorrem relações simbióticas entre seres humanos e a natureza, seja em atividades cotidianas (como em atividades do fazer, das técnicas e da produção) quanto no campo simbólico, muitas vezes interpretado de forma errônea e desconsiderado na construção de estratégias conservacionistas. Considerando essas relações, a noção de parques ou reservas protegidas sem as populações locais torna-se sem sentido para as culturas que tenham esse pensamento, sendo que essa separação, onde as populações locais são praticamente proibidas pelo Estado de exercer qualquer atividade de cunho tradicional, acaba por representar a imposição desse mito, que é próprio da sociedade moderna.

A imposição desse pensamento, que leva à criação de tais áreas naturais

protegidas em territórios onde havia a presença de povos tradicionais, acaba sendo vista, nada mais, nada menos, como uma usurpação dos direitos considerados sagrados à terra onde viveram seus antepassados, onde funciona o espaço coletivo totalmente diferente dos centros urbanos. Se essa “expulsão” persistir, as populações locais não terão mais condições de continuar existindo como portadora de determinada cultura, de uma relação específica ao ambiente ao qual estão inseridas.

Segundo Diegues, há ainda o confronto de saberes (tradicional e científico-moderno) oriundo da implantação de tais áreas, onde de um lado encontra-se o saber acumulado pelas populações locais ao longo de gerações, sobre os ciclos naturais, destacando o conhecimento sobre a reprodução de espécies, influência da lua nas atividades de pesca, produção de sistemas de manejos dos recursos, tendo em vista a conservação das espécies e, por outro lado, o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que, nos seus moldes, desconhece e despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado.

Esse confronto de saberes leva a outra situação onde, em quase todas as áreas naturais protegidas, a pesquisa científica é permitida. Entretanto, trabalhos sobre o conhecimento local são descartados, pois é necessária a presença das comunidades tradicionais, dos seus saberes, de suas técnicas e, sobretudo, das relações existentes entre as populações e a natureza, o que vai de encontro ao princípio do mito, que não permite a presença de tais populações nessas áreas.

O autor enfoca também a importância da etnociência nos estudos sobre o conhecimento das populações locais, levando-se em conta que os estudos etnocientíficos reforçam a idéia de que o manejo adequado dos ecossistemas também significa uma relação de conhecimento e ação entre tais populações e seu ambiente. O autor evidencia que é importante manter as populações nessas áreas, pois as mesmas têm conhecimento sobre esse ambiente, influenciando na sua conservação.

O autor finaliza demonstrando a necessidade de se conhecer melhor essas relações que ajudam na manutenção da diversidade biológica e cultural e que as populações locais devem ser parceiras na criação e implantação de áreas protegidas, pois, apesar de conhecer essas áreas, tais populações raramente participam dos debates e das decisões, que ficam sob responsabilidade de cientistas naturais e dos tomadores de decisão. Esse é um dos passos para se acabar com o mito de uma natureza intocada.

Recebimento em: 10/10/2008.

Aceite em: 10/11/2008.